

Somente em julho, pagamentos somaram R\$ 23,6 bilhões, alta de 3,8%; seguros de Danos e Responsabilidades arrecadaram R\$ 86 bilhões nos sete primeiros meses do ano

Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostram que o setor segurador brasileiro, sem considerar Saúde Suplementar, destinou R\$ 150,3 bilhões ao pagamento de indenizações, benefícios, resgates e sorteios nos sete primeiros meses de 2026. O volume é 2,7% inferior ao registrado no mesmo período de 2025, mas supera em 9,4% todo o orçamento de R\$ 137,4 bilhões previsto para a cidade de São Paulo neste ano. Somente em julho, os pagamentos alcançaram R\$ 23,6 bilhões, crescimento de 3,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

A Previdência Aberta concentrou a maior parcela dos recursos pagos entre janeiro e julho, com R\$ 84,1 bilhões em benefícios e resgates. Na sequência aparecem os seguros de Danos e Responsabilidades, que devolveram R\$ 36,1 bilhões aos segurados no período. Nesse grupo, o seguro Automóvel respondeu por mais de R\$ 22 bilhões em indenizações, crescimento de 8,8% na comparação com os sete primeiros meses de 2025. Os seguros Patrimoniais Massificados pagaram R\$ 2,3 bilhões, alta de 11,3%, enquanto o Habitacional registrou R\$ 1,3 bilhão em indenizações, avanço de 18,3%.

Os Seguros de Pessoas também apresentaram aumento dos pagamentos. Foram R\$ 10,5 bilhões entre janeiro e julho, 5,4% acima do registrado no mesmo intervalo do ano passado. O seguro de Vida respondeu por R\$ 5,3 bilhões desse total, com crescimento de 3,9%. Já os títulos de Capitalização retornaram R\$ 16,5 bilhões aos clientes em resgates e sorteios, avanço de 4,6%.

Arrecadação supera R\$ 245 bilhões

Nos sete primeiros meses de 2026, o setor segurador, excluída a Saúde Suplementar, movimentou mais de R\$ 245 bilhões em prêmios de seguros, contribuições para a Previdência Privada e faturamento com títulos de Capitalização. O resultado representa recuo de 1% em relação ao mesmo período de 2025, com comportamentos distintos entre os segmentos.

Os seguros de Danos e Responsabilidades arrecadaram R\$ 86 bilhões, crescimento de 4,5%. O seguro Automóvel alcançou R\$ 36,7 bilhões em prêmios, avanço de 6,2%, enquanto o Garantia chegou a R\$ 4,2 bilhões, alta de 17,4%.

Também se destacaram os seguros de Crédito, com arrecadação de R\$ 1,6 bilhão e crescimento de 26,1%, e o Fiança Locatícia, que movimentou quase R\$ 1,5 bilhão, 29% acima do registrado nos sete primeiros meses de 2025.

Os Seguros de Pessoas, por sua vez, alcançaram R\$ 48,5 bilhões, com expansão de 9,1%. O seguro Prestamista respondeu por R\$ 14,4 bilhões desse volume, resultado 17,4% superior ao observado entre janeiro e julho do ano passado.

O resultado agregado foi pressionado principalmente pela Previdência Aberta. As contribuições somaram R\$ 90,4 bilhões, retração de 8,8%. O segmento ainda sente os efeitos das mudanças tributárias promovidas em 2025, com a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre determinados aportes em produtos da família Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Fiança Locatícia cresce 29%

Entre os destaques do período está o seguro Fiança Locatícia. A arrecadação de quase R\$ 1,5 bilhão entre janeiro e julho representa crescimento de 29% na comparação anual. Somente em julho, foram R\$ 216,6 milhões em prêmios, alta de 18,8%.

O avanço ocorre em um cenário de aquecimento do mercado de locações. De acordo com o Índice FipeZAP, os preços dos aluguéis residenciais avançaram 9,2% nos 12 meses encerrados em julho

de 2026. O crescimento da arrecadação do seguro, portanto, ficou acima da variação dos preços dos aluguéis no período.

O movimento também aparece no volume de indenizações. O Fiança Locatícia pagou quase R\$ 450 milhões nos sete primeiros meses do ano, crescimento de 33,1% em relação ao mesmo período de 2025. Em julho, foram R\$ 68,9 milhões, alta de 45,8% na comparação anual.

O seguro funciona como alternativa às garantias tradicionalmente utilizadas nos contratos de locação. Sua cobertura básica garante ao proprietário indenização em caso de inadimplência do aluguel e pode incluir outras obrigações previstas em contrato, como condomínio, IPTU, contas de consumo, danos ao imóvel e multas por rescisão.

Os resultados até julho mostram, assim, um mercado com desempenhos distintos entre seus segmentos, mas com manutenção de um elevado volume de recursos destinados aos consumidores e crescimento da demanda por diferentes modalidades de proteção.

Fonte: CNseg, em 08.10.2026.